



DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DIVISÃO DE PROJETOS

ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE LAUDO DE VISTORIA – INSPEÇÃO
STRUCTURAL GLAZING

COMARCA: SEDE MAUÁ – EDIFÍCIO ESSENFELDER

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE LAUDO DE
VISTORIA – INSPEÇÃO STRUCTURAL GLAZING.



Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Sede Mauá



2. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da contratação de empresa especializada para elaboração de Laudo de Vistoria, com parecer técnico das condições encontradas na fachada do Edifício Essenfelder, localizado na Rua Mauá, número 920 nos moldes e requisitos estabelecidos no anteprojeto elaborado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e demais documentos técnicos anexos.

Tal contratação se deve a atual situação do Structural Glazing instalado no edifício que se encontra com diversos problemas, causando infiltrações e mau funcionamento do sistema e resultando na precarização das atividades que acontecem na edificação.

A execução dos serviços se dará em 3 etapas e incluem:

2.1. EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO

A empresa deverá fazer:

- Vistoria das deficiências in loco e demais informações que se façam necessárias;
- Catalogação das patologias encontradas e identificadas;
- *As Built* do sistema de Structural Glazing
- Emissão de Parecer Técnico

2.2. PROJETO DE INTERVENÇÃO

Elaboração dos projetos básicos de intervenção com parecer técnico para a revitalização do sistema Structural Glazing do edifício e cronograma detalhado da execução da obra. Contempla elaboração de projetos de canteiro, cronograma de obra, e PGRCC.

2.3. ORÇAMENTO

A contratada deverá planejar o orçamento com a execução de todos os serviços necessários à perfeita implantação do projeto em acordo com as Especificações da Contratação para elaboração do orçamento.



3. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

3.1. LAUDO TÉCNICO

Laudo Técnico deverá ser composto pelos documentos:

I. Relatório de Vistoria

Deverá conter identificação da obra, do emissor do laudo, data da realização, descrição do objeto da inspeção e fotos catalogadas das patologias identificadas.

II. Projeto *As Built*

Projeto *As Built* do Structural Glazing existente no Edifício Essenfelder. Solicita-se a correta disposição dos vidros fixos e móveis e demais peças que compõem o sistema.

III. Parecer Técnico

- Descrição das patologias encontradas e identificadas no Relatório de Vistoria da edificação;
- Identificação e análise das causas das patologias no Structural Glazing, incluindo possíveis problemas na edificação;
- Indicação de intervenções e correções que se fizerem necessárias, com estimativa de custo para aprovação prévia do TJ;
- Indicação de estudos complementares necessários se for o caso.

3.2. PROJETO DE INTERVENÇÃO

3.2.1. PROJETO

A intervenção indicada pela contratada deverá considerar a viabilidade de execução dos serviços para reparação dos problemas encontrados no sistema de fachada do Edifício Essenfelder, onde as atividades que ocorrem diariamente não poderão ser interrompidas. Deve-se considerar o alto número de pessoas que frequentam a edificação, onde a segurança destes deverá ser priorizada.

A elaboração dos projetos básicos de intervenção com parecer técnico deverá conter:

- Planta baixa e detalhes executivos das intervenções indicadas;



- Cronograma detalhado da execução da obra em acordo com as Especificações da Contratação;
- Memorial descritivo contendo todos os elementos do projeto, dos componentes e materiais utilizados compatibilizados com as plantas e com a estrutura do futuro orçamento, descrevendo sucintamente a forma executiva de cada serviço;
- Memorial de cálculo do projeto contendo normativas utilizadas, principais características dos materiais utilizados, metodologia de possíveis cálculos e resultados;
- Caracterização técnica dos produtos a serem utilizados, especificando todas as informações;
- Levantamento de quantitativos de materiais por tipo de elemento;
- Memorial de cálculo do levantamento das quantidades apresentadas, com metodologia utilizada nos levantamento e cálculos efetuados;

3.2.2. PLANEJAMENTO DE OBRA

A empresa contratada deverá apresentar um plano de execução detalhado da obra a ser obedecido em sua futura construção, juntamente com uma planilha resumo de todos os projetos.

O planejamento deverá considerar que as atividades que ocorrem diariamente no Edifício Essenfelder não poderão ser interrompidas, de maneira que os serviços de recuperação do Structural Glazing ocorram em paralelo.

Também deverá ser elaborado memorial descritivo contendo todas as informações necessárias à execução da obra em conformidade com as Especificações da Contratação para embasar toda a fiscalização pelo tjpr.

Deve apresentar claramente dimensionamento e justificativa para o prazo de obra dimensionado.

A empresa contratada deverá prever no planejamento o fornecimento de um manual de uso, operação e manutenção da edificação ao final da obra pela empresa executora, contendo a descrição e instruções de uso e manutenção para todos os sistemas utilizados.



3.2.3. PROJETO DE CANTEIRO

O projeto de canteiro deverá ser dimensionado em conformidade com o espaço disponibilizado no Edifício Essenfelder pelo TJPR, visando bom aproveitamento do espaço com rotatividade dos materiais estocados conforme andamento da obra verificando o atendimento a todas as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho principalmente NBR 12284, NR 18, NR 24, NR 33 e NR 35 e outras complementares ou que vierem a substituí-las.

O projeto de canteiro será composto de plantas baixas e definição de todos os materiais empregados.

Além das estruturas é necessário apresentar fluxo de materiais e pessoas, projeto de segurança do canteiro, memorial descritivo do canteiro e demais serviços listados nos produtos, bem como planilha de quantitativos contendo metodologia de levantamento de quantidades.

Deve ser elaborado Projeto de Segurança em conformidade com as atribuições dos profissionais que atuarão na recuperação do sistema. Deve ser considerado as diretrizes para projetos especificadas nas Normas Regulamentadoras (NR) e também Normas Técnicas (NBR).

3.2.4. PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA OBRA (PGRCC)

O Plano de gestão de resíduos da obra deve, no mínimo:

- a. Apresentar memorial de cálculo de quantidades finais de resíduos gerados, tanto para a obra quanto para eventuais demolições, descrevendo em memorial a metodologia utilizada para tal;
- b. Catalogar todos os resíduos gerados na obra de acordo com a Resolução 307/2002 do CONAMA e suas alterações, incluindo resíduos de eventuais demolições. Os resíduos que não se enquadrarem na classificação do CONAMA, devem ser classificados pela NBR 10.004;
- c. Definir os procedimentos a serem adotados para as diferentes etapas do gerenciamento de resíduos gerados: segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte externo e destinação final em áreas licenciadas e



- ambientalmente adequadas, para cada tipo de resíduo a ser gerado no empreendimento;
- d. Indicar localização da destinação final dos resíduos, bem como a distância do descarte à obra;
 - e. O plano de gestão de resíduos deve indicar claramente quais os documentos e aprovações legais são necessários para coleta e transporte dos resíduos gerados;
 - f. Deve estar em conformidade com as exigências municipais e órgão com autoridade sobre o tema.

3.3. ORÇAMENTO

Elaboração do orçamento para o projeto definido acima que deverá considerar:

- i. Todos os serviços de mão de obra deverão considerar os encargos complementares;
- ii. Deve ser previsto custo de mobilização e desmobilização de equipamentos de grande porte;
- iii. Verificar se está incluso nas cotações de mercado andaimes, balancim, etc. Frete deve estar incluso na composição;
- iv. Deve ser levado em consideração o custo para o descarte de materiais;
- v. É importante considerar a escolha do local para o descarte de materiais, assim como o tipo de caminhões a serem utilizados, de modo que seja uma opção técnica e economicamente viável evitando sobrepreços;
- vi. Gastos com horas paradas existentes, tal como períodos de chuva intensa deverão ser contabilizados;
- vii. Deve estar incluso descrições das composições e o frete. Verificar se está incluso nas cotações de mercado andaimes, balancim, etc;
- viii. Deve ser levado em consideração o custo para o descarte de materiais. Isso deve ser aplicado tanto para resíduos sólidos da construção civil quanto para descarte decorrente da movimentação de terra;



3.4. ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Antes da Ordem de Execução de Serviços devem ser emitidas as respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART / RRT) seguindo as seguintes orientações:

- Deverão ser emitidas responsabilidades técnicas diferentes para os serviços de elaboração de projetos, orçamentação e execução de obra, mesmo que o profissional responsável por eles seja o mesmo;
- O contratante para todos os serviços é a empresa contratada;
- O local da obra deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc. inclusive coordenadas, para o local onde projeto desenvolvido será implantado;
- Todo o projeto/serviço contratado deverá estar descrito na Anotação de Responsabilidade Técnica; quando não houver serviço especificado deverá estar listado no campo observações;
- O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação;
- No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado como, por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica;
- Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART / RRT;
- Havendo alterações no andamento dos projetos como área, ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's / RRT's deverão ser ajustadas.



3.5. REUNIÕES E COMUNICAÇÕES

No início dos serviços, em até cinco dias úteis da Ordem de Execução dos Serviços, deverá ser realizada uma reunião com a presença dos projetistas da contratada, do coordenador do contrato e representantes do Tribunal de Justiça para verificação dos serviços contratados, esclarecimentos de dúvidas e diretrizes iniciais do projeto. A critério do Tribunal de Justiça a reunião poderá ser subdividida por especialidades. Nessa reunião será certificado o cronograma de execução dos serviços conforme cada contratação, que deverá ser seguido rigorosamente.

Durante todo o andamento do contrato serão programadas reuniões de acompanhamento dos serviços semanais, com a presença de todos os profissionais responsáveis pelos projetos e serviços que constem da pauta da reunião. Essas reuniões semanais podem ser dispensadas exclusivamente pelo Tribunal de Justiça.

Os projetistas devem participar de todas as reuniões cujas pautas incluam o projeto de sua responsabilidade e sempre que o Tribunal de Justiça julgue necessário. Na eventual ausência justificada de profissionais projetistas, estes deverão enviar representantes que possuam conhecimento do projeto para que possam transmitir informações técnicas aos demais projetistas, assim como coletar as informações para transmissão ao profissional responsável.

Para todas as entregas previstas no Cronograma deverão ser realizadas reuniões ordinárias com apresentação e defesa dos produtos entregues. Essas reuniões ordinárias poderão ser dispensadas a critério exclusivo do Tribunal de Justiça. Reuniões extraordinárias podem e devem ser realizadas sempre que houver necessidade para perfeito andamento dos trabalhos.

Caberá ao Tribunal de Justiça a elaboração das atas de reuniões, que deverão ser repassadas à contratada logo após a realização da reunião, para verificação e continuidade dos trabalhos considerando as decisões tomadas. A contratada deverá revisar todas as atas de reuniões e dar seu aceite ou encaminhar seus comentários. Caberá à contratada fornecer quaisquer informações solicitadas pela equipe do DEA-TJPR, bem como atender a todas as exigências do projeto.



Todas as reuniões realizar-se-ão no Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça, em Curitiba.

As comunicações entre o DEA-TJPR e a contratada serão sempre entre o coordenador indicado pela contratada e o fiscal técnico designado pelo Tribunal de Justiça através do e-mail projetosengenharia@tjpr.jus.br. A cada um está incumbida a responsabilidade do repasse das informações para suas respectivas equipes de trabalho.

4. PRAZO DO CONTRATO

O prazo do contrato é de 179 dias consecutivos divididos em 3 etapas, sendo a primeira a etapa de Estudo Preliminar que contempla a elaboração do Laudo Técnico do Structural Glazing. A segunda etapa compreenderá a elaboração do Projeto de Intervenção e cronograma da obra. A terceira etapa compreenderá a elaboração do Orçamento.

5. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento será realizado em 3 parcelas, distribuídas em etapas de acordo com o Escopo da Contratação.

As etapas com suas respectivas parcelas e desembolsos são:

1ª ETAPA – Prazo de execução de 60 dias após a emissão da OES, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

§ 1ª Parcela – 1ª Etapa – Laudo Técnico – Equivalente 26,00% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, **condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues.**

2ª ETAPA – Prazo de execução de 30 dias após o recebimento da 1ª Etapa, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

§ 2ª Parcela – 2ª Etapa – Projeto de intervenção – Equivalente a 67,00% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, **condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues.**



3ª ETAPA – Prazo de execução de 30 dias após o recebimento da 2ª Etapa, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

§ 3ª Parcela – 3ª Etapa – Orçamento – Equivalente a 7,00% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pelo DEA, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.